

**CONFERÊNCIA LIVRE PARA DEMOCRATIZAÇÃO DA
COMUNICAÇÃO E CULTURA DIGITAL:
Mediação, midiatização e participação em rede¹
FREE CONFERENCE FOR THE DEMOCRATIZATION
OF COMMUNICATION AND DIGITAL CULTURE:
Mediation, mediatisation and participation in network**

José Márcio Barros²

Raquel Salomão Utsch de Carvalho³

Resumo: Este artigo reflete sobre o processo de participação social na Conferência Livre de Comunicação e Cultura Digital, realizada em 2013, por meio de plataforma virtual do Ministério da Cultura. Confrontando as características da ambiência midiatizada da Internet e o contexto das atuais políticas públicas de cultura, o trabalho problematiza os resultados desta conferência, particularmente, quanto à sua efetiva constituição de espaço de participação e sua capacidade de interferir nos resultados da 3ª Conferência Nacional de Cultura, no que se refere à aprovação das propostas relativas ao campo da comunicação.

Palavras-chave: Comunicação, Participação, Cultura

Abstract: This article reflects on the process of social participation in the Freedom Conference on Communication and Digital Culture, held in 2013, through the Ministry of Culture virtual platform. Comparing the characteristics of mediated ambience of the Internet and the context of current government cultural policy, the paper discusses the results of this conference, particularly in the effective provision of space for participation and ability to interfere with the results of the 3rd National Conference on Culture, in refers to the approval of tenders for the field of communication.

Keywords: Communication, Participation, Culture

1. Mediação, midiatização e participação

A utilização da plataforma virtual para realização da Conferência Livre para Democratização da Comunicação e Cultura Digital exemplifica a importância crescente dos processos de informação e comunicação mediados por redes sociotécnicas (LATOUR 2008), que articulam interesses convergentes nos espaços físico e virtual, tendo em vista a atuação

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cidadania do XXIII Encontro Anual da Compós, na Universidade Federal do Pará, Belém, de 27 a 30 de maio de 2014.

² Professor Adjunto III do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da PUC Minas e da Faculdade de Políticas Públicas da Universidade do Estado de Minas Gerais/UEMG. josemarciobarros@gmail.com

³ Graduada em Jornalismo e Mestre em Comunicação Social (Puc Minas). Bolsista no projeto Jogos como facilitadores (Cnpq / Senai - MG). raquel.utsch@gmail.com

dos atores e forças sociais em torno de propósito coletivo ligado ao tema de interesse público. Essa perspectiva de análise apresenta o desafio de compreender as potencialidades do meio digital, mas também seus limites, no que se refere ao processo político de participação social.

A relevância dos meios tecnológicos na conformação dos processos simbólicos contemporâneos é ressaltada na apresentação do site da Conferência⁴.

O desenvolvimento tecnológico, o cenário da convergência das mídias e a digitalização da cultura representam uma profunda alteração nos processos de produção, reprodução, distribuição e armazenamento dos conteúdos simbólicos. Essa mudança traz consigo, também, uma reformulação de paradigmas que afeta, direta ou indiretamente, os modos de educar, participar, informar, fruir e criar que circundam as expressões culturais e de cidadania bem como seu valor político (MINC, 2013).

A realização da conferência por meio da internet demonstra a centralidade dos processos de mediação realizados pelos meios de comunicação na contemporaneidade, entendida a noção de mediação como uma “ponte” que permite a comunicação entre duas partes, processo dinâmico de construção de significados e produção de sentidos, implicando que se considere a atuação determinante de um lugar simbólico, que discrimina, faz distinções, portanto, decorrente de uma mediação fundadora de conhecimento (SODRÉ, 2002).

Como as mediações simbólicas integram as culturas por meio de leis, artes e linguagens, conjugando-se às mediações tecnológicas (SODRÉ, 2002), universos simbólicos são construídos por meio de operações mediadoras que envolvem elementos da ordem social, da linguagem e da natureza (LATOUR, 2008), articulados em redes orientadas por regras de comportamento que definem limites e aproximam interesses e valores em favor de objetivos, identificadas por comunidades de práticas baseadas em fluxos informacionais (CAPRA, 2008).

Conformadas por padrões de conexões desenvolvidos na dimensão integrada dos espaços físico e virtual, de acordo com Recuero (2009), redes sociais são constituídas por atores (pessoas, instituições ou grupos – os nós da rede) e conexões (interações ou laços sociais). Determinado padrão de conexão abrange, assim, elementos e processos dinâmicos que se formam e modificam a rede físico-virtual, impactando o espaço comunicacional dinâmico, descontínuo e irregular.

⁴ Disponível em: <http://confelivrecomcult.culturadigital.br/sobre/>

O processo sociocomunicacional desenvolve-se em meio a uma ordem de mediações socialmente realizadas, operando através de um conjunto de tecnomediações que envolve a presença de um médium, o que exige observar, para além das características do dispositivo técnico, o fluxo comunicacional vinculado a esse dispositivo (SODRÉ, 2002).

O contexto das mediações sociotécnicas contemporâneas ancora-se na lógica de funcionamento das trocas sociais que prevê a apropriação social de recursos e instrumentos tecnológicos, de forma que, enquanto dispositivo comunicacional, a rede formada em torno do propósito coletivo - debater e subsidiar a construção de propostas para políticas de comunicação e cultura digital no país - articule os interesses envolvidos na consulta pública, associando elementos sociais e técnicos que visam o agenciamento das práticas sociais.

Portanto, a potência dos meios tecnológicos associa-se às formas sociais de produção, difusão e consumo de informações, tendo em vista a indispensável manutenção de espaços de compartilhamento dos sentidos que respondam, efetivamente, às demandas sociais e históricas que justificam a realização da conferência. Neste contexto de análise, pode-se afirmar que a rede sociotécnica acionada em torno do propósito da conferência funciona como dispositivo que organiza interesses de instituições e indivíduos, com o objetivo de convergência e envolvimento de seus integrantes, bem como participação e mobilização social.

Agambem (2006) refere-se à função reguladora do dispositivo sobre as relações sociais como

[...] qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o panóptico, as escolas, a confissão, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc., cuja conexão com o poder é em certo sentido evidente, senão também a lapiseira, a escritura, a literatura, a filosofia, o cigarro, a navegação, os computadores, os celulares e - por que não - a linguagem mesmo, que é possivelmente o mais antigo dos dispositivos em que milhares e milhares de anos um primata - provavelmente sem dar-se conta das consequências que se seguiriam - teve a inconsciência de deixar-se capturar. (AGAMBEM, 2006, tradução nossa)⁵.

⁵ “[...] cualquier cosa que tenga de algún modo la capacidad de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar y asegurar los gestos, las conductas, las opiniones y los discursos de los seres vivientes. No solamente, por lo tanto, las prisiones, los manicomios, el panóptico, las escuelas, la confesión, las fábricas, las disciplinas, las medidas jurídicas, etc., cuya conexión con el poder es en cierto sentido evidente, sino también la lapicera, la escritura, la literatura, la filosofía, la agricultura, el cigarrillo, la navegación, las computadoras, los celulares y - por qué no - el lenguaje mismo, que es quizás el más antiguo de los dispositivos, en el que millares y millares de años un primate - probablemente sin darse cuenta de las consecuencias que se seguirían - tuvo la inconciencia de dejarse capturar” (AGAMBEM, 2006).

Os resultados da participação na Conferência são aqui observados tendo em vista a necessária atuação dos diversos integrantes da rede na ambiência comunicacional contemporânea, composta por formas de mediação promovidas pelos meios de comunicação que conformam, segundo Sodré (2002), o fen meno da midiatiza o.

O ambiente midiatizado convoca, crescentemente, institui es sociais e indivíduos a participarem de práticas discursivas, por meio da produ o e difusão de informa es por variados campos sociais, associados em defesa de objetivos comuns. O processo de midiatiza o da vida social compreende a formula o dos discursos e o espaço da interlocu o; sendo assim, a rede constitui-se enquanto espaço de produ o dos sentidos que ancoram as formas de ver o mundo e as práticas cotidianas, conformando-se a ambiência midiática como lugar de experiência, bem como de sua interpreta o e reconfigura o em determinado contexto da vida coletiva (ANTUNES; VAZ, 2006).

Para Fausto Neto (2008), no contexto da midiatiza o, as tecnologias conformam as rela es sociais, uma vez que

As m dias perdem este lugar de auxiliaridade e passam a se constituir uma referência engendradora no modo de ser da própria sociedade, e nos processos de intera o entre as institui es e os atores sociais. A expansão da midiatiza o como um ambiente, com tecnologias elegendo novas formas de vida, com as intera es sendo afetadas e/ou configuradas por novas estratégias e modos de organiza o, colocaria todos - produtores e consumidores - em uma mesma realidade, aquela de fluxos [...] (FAUSTO NETO, 2008, p. 93).

Assim, a cultura midiatizada diversifica as vincula es sociais, ao relacionar instâncias marcadas por controvérsias e conflitos de interesses, projetando a ambiência midiática nas dimensões institucional e cultural da vida coletiva. De acordo com Gómez (2006), o desordenamento das media es tradicionais e a ênfase na media o tecnológica caracterizam o que autor denomina “explosão das media es”, implicando cenário dinâmico de trocas e rela es sociais midiatizadas, forma o de redes conformadas pela participa o deslocalizada e acentuada migra o digital.

A influência da lógica midiática sobre as intera es sociais na contemporaneidade   analisada por Braga (2006) considerando-se, inclusive, que a mediatiza o (aqui, sin nimo de midiatiza o), atue como processo interacional de referência, transformando-se em instrumento modelizador das rela es sociais, ao reconfigurar os processos de referência anteriores.

Ainda com Gómez (2006), pode-se afirmar que a Conferência, como rede de mediações sociais e tecnológicas que articulam modos de produção de sentido, enfatiza a cultura, enquanto campo de produção de sentido e vínculos sociais, como principal mediação: “Estou entendendo as mediações como processos estruturantes que provêm de diversas fontes, incidindo nos processos de comunicação e formando as interações comunicativas dos atores sociais” (GÓMEZ, 2006, p. 88).

O contexto midiático requer, assim, esforço permanente, por parte das instâncias institucionais, em promover processos continuados de participação social ancorados no envolvimento e debate sobre temas de interesse coletivo. Espaços sociocomunicacionais que legitimem, dessa forma, o funcionamento das redes democráticas destinadas à construção das políticas públicas nas áreas de comunicação e cultura; que estabeleçam conexões, portanto, com os ambientes comunitários da vida cotidiana, como centros e pontos de cultura.

As práticas comunicativas contemporâneas configuram a cultura midiática como ambiência plural que, para enraizar-se nas práticas ligadas à cidadania, demandam atuação coordenada e contínua dos agentes institucionais, conjuntamente à sociedade, de forma que a produção de sentidos na ambiência da internet seja capaz de, efetivamente, refletir processo sociocomunicacional marcado pela convergência de interesses e crescente participação social, permeando as relações sociais nos espaços físico e virtual que compõem a rede.

2. A Conferência Livre

Realizada de agosto a setembro de 2013, a Conferência Livre de Democratização da Comunicação e da Cultura⁶ teve como objetivo debater e oferecer subsídios para a construção de propostas para políticas de comunicação e cultura digital no país. Ação desenvolvida pelo Ministério da Cultura (MinC), por meio da Secretaria de Políticas Culturais, a Conferência pretendeu estabelecer um diálogo, através da consulta e participação digital, com a Sociedade Civil, de forma a oferecer subsídios para que as conferências estaduais de cultura pudessem pautar e estabelecer propostas a serem levadas à 3ª Conferência Nacional de Cultura.

A estratégia foi a de buscar elencar prioridades no campo das relações entre comunicação e cultura digital, de forma alinhada ao Plano Nacional de Cultura (PNC), especialmente, no que se refere à meta 45 e ao Programa Comunica Diversidade. O PNC

⁶ Disponível em: <http://confelivrecomcult.culturadigital.br/>

integra o Sistema Nacional de Cultura (SNC), que se caracteriza por propor um novo modelo de gestão pública, que objetiva dar institucionalidade às políticas públicas de cultura.

O SNC está estruturado por meio de componentes interdependentes (órgãos gestores; conferências de cultura; conselhos de política cultural; planos de cultura; instrumentos de financiamento à cultura; comissões intergestores; sistemas de informações e indicadores culturais; programa de formação de pessoal em gestão cultural e sistemas setoriais de cultura) que “interagem entre si em torno de objetivos em comum, tendo como finalidade garantir a sustentação orgânica e institucional da área cultural dos entes federados – União, Estados e Municípios” (COELHO; VILUTIS, 2012, p.5).

O reconhecimento dos vínculos entre comunicação e cultura se fazem presentes nas ações e discursos do Ministério da Cultura desde o início do primeiro mandato do Governo Lula em 2003. De modo geral, pode-se elencar um conjunto de iniciativas, realizadas nos últimos 10 anos, que comprovam a preocupação estratégica que a instituição e os processos de participação social na área da cultura (conferências e conselhos, especialmente) construíram em torno da questão.

No Programa Cultura Viva, os Pontos de Mídia Livre, a experiência do LabCulturaViva e os Pontões de Cultura Digital representam, talvez, o que de mais criativo e produtivo se experimentou nesta área de convergência entre cultura e comunicação. Além disso, o debate e a construção de propostas estiveram presentes em fóruns presenciais e on-line sobre Comunicação Digital, na Conferência Livre de Comunicação para a Cultura, realizada em 2009, que elencou um conjunto de proposições para a II Conferência Nacional de Cultura e a I Conferência Nacional de Comunicação, Confecom.

A plataforma Culturadigital.br⁷, com cerca de 6 mil membros, além dos programas Doc TV, Programas Ponto a Ponto, Ponto Brasil, são outros exemplos significativos (BARROS, 2012; MINC, 2012). Para que se tenha uma ideia, no texto do PNC, cerca de 56 propostas referem-se diretamente a questões relacionadas à comunicação, no viés da perspectiva da cultura (MINC, 2012, p. 90:97).

Já dentre as 53 metas construídas para o PNC, três estão relacionadas diretamente a questões de comunicação:

- a) A Meta 43 que estipula 100% das Unidades da Federação (UFs) com núcleos de produção digital audiovisual e núcleo de arte tecnológica e inovação;

⁷ <http://pnc.culturadigital.br/>

b) A Meta 44 que estipula a participação da produção audiovisual independente brasileira na programação dos canais de televisão, na proporção de 25% nos canais de TV aberta e 20% nos canais de TV por assinatura;

c) e a Meta 45 que estabelece 450 grupos, comunidades ou coletivos beneficiados com ações de Comunicação para a Cultura (SECRETARIA de Políticas Culturais/MinC, 2013).⁸

A consulta pública virtual, objeto desta análise, também seguiu as diretrizes apontadas por um Programa de Trabalho intitulado Comunica Diversidade, proposto e coordenado pela Diretoria de Educação e Comunicação para Cultura da Secretaria de Políticas Culturais do MinC.

Tendo em vista o alcance das ações em Comunicação para a Cultura, o programa foi estruturado a partir de cinco eixos: Eixo 1 – Educar para Comunicar, Eixo 2 – Produção e Distribuição de Conteúdos Culturais, Eixo 3 – Meios para a Comunicação, Eixo 4 – Comunicação e Protagonismo Social e Eixo 5 – Comunicação e Renda. Suas bases conceituais e metodológicas resultam do acúmulo de ações desenvolvidas pelo MINC, especialmente em Conferências anteriores e no Programa Cultura Viva.

A realização da Conferência orientou-se pelos resultados da principal ação do Comunica Diversidade até o momento, o Seminário e Oficina Nacional de Indicação de Políticas Públicas para Cultura e Comunicação, ocorrido em 2012, no Rio de Janeiro, que reuniu comunicadores e militantes da democratização da comunicação e de defesa da diversidade cultural, na seguinte perspectiva:

Durante dois dias da Oficina, a pluralidade de vozes que sustenta a polifonia brasileira – negros, indígenas, intelectuais, ativistas, pessoas com deficiência, pessoas em sofrimento mental, comunidades tradicionais, fazedores da cultura popular, mulheres, representantes do movimento LGBT, do governo federal, ribeirinhos, pontos de cultura, midialivistas, segmentos organizados de rádio, televisão, audiovisual e internet, nas suas dimensões independente, comunitária, pública e privada – estará reunida para contribuir na proposição de ações de Comunicação para a Cultura, que resultarão no Programa Comunica Diversidade, do Ministério da Cultura (MINC, 2013).

O evento arrolou a expressiva soma de 197 ações para a estruturação do Programa, revelando, por um lado, o vigor e a abrangência com que o tema se constitui no campo da

⁸ As metas 2 - 100% das Unidades da Federação (UFs) e 60% dos municípios com dados atualizados no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC); 40 - Disponibilização na internet dos conteúdos que estejam em domínio público ou licenciados; e 41 - 100% de bibliotecas públicas e 70% de museus e arquivos disponibilizando informações sobre seu acervo no SNIIC, são definidas pelo MINC como metas do Eixo Comunicação e Cultura das Metas do Plano Nacional de Cultura. Em nossa percepção, tais metas referem-se a sistema de informação e não necessariamente à convergência entre Comunicação e Cultura.

participação social na cultura, mas, por outro, um caráter redundante, extremamente amplo que parece expressar mais um mosaico de demandas do que um conjunto de proposições lógica e politicamente articuladas.

A estratégia adotada foi a de colocar em discussão, por meio de uma plataforma digital, todas as propostas de modo a identificar aquelas que deveriam ser priorizadas e encaminhadas à 3ª CNC, ocorrida em dezembro de 2013, que teve como tema “Uma Política de Estado Para a Cultura: Desafios do Sistema Nacional de Cultura”. As propostas inseriram-se no Eixo II, relativo à Produção Simbólica e a Diversidade, que visa o fortalecimento da produção artística e de bens simbólicos e da proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, com atenção para a diversidade étnica e racial.

Apesar de amplamente divulgada e aberta à participação durante 45 dias, a Conferência Livre para a Democratização da Comunicação e Cultura Digital contou com apenas 163 usuários. Destaca-se aqui que as pessoas que já haviam se cadastrado para a consulta relativa às metas do Plano Nacional de Cultura podiam utilizar de seu login para tanto. No processo da consulta, cada usuário podia escolher duas prioridades por eixo, além de um número indeterminado de comentários.

A tabela abaixo apresenta o resultado da consulta, identificando as ações priorizadas, o número de comentários e o número de prioridades recebidas.

TABELA 1
Resumo das propostas priorizadas na Conferência Livre de Democratização da Comunicação e da Cultura

EIXOS E AÇÕES	Nº comentários	Nº priorizações
Eixo 1 – Educar para Comunicar		
1.01. Criar cursos de formação e capacitação para professores, agentes culturais e sociedade civil.	9	27
1.33. Promover parcerias com o MEC para o desenvolvimento de cursos técnicos de nível médio, ou de extensão, voltados para a formação de profissionais na área da cultura.	3	4
1.06. Criação de editais e instrumentos de fomento, por meio de reserva de recursos do Fundo Nacional de Cultura, e realização de oficinas de capacitação com elaboração de projetos e marketing cultural em projetos dotadas com ferramentas online para ensino à distância.	2	4
1.18. Criar e ampliar o acesso a bolsas e recursos materiais dos centros de estudos pautados a partir de propostas das comunidades e movimentos culturais.	2	1

EIXOS E AÇÕES	Nº comen- tários	Nº prioriza- ções
1.46. Estimular a criação de cursos de extensão voltados para grupos culturais com interesse em aprender a construir e operar meios tecnológicos produtores e difusores de comunicação e cultura.	2	1
Eixo 2 – Produção de Conteúdos		
2.07 Criar comissões técnicas, com a participação de representantes da comunidade, pessoas com notório saber na temática e assessoria jurídica para a realização de mapeamento, diagnóstico e registro de patente de manifestações e saberes tradicionais.	2	6
2.01. Promover a sensibilização e estímulo ao uso dos bancos de acervos livres por meio de campanhas nas escolas e grupos sociais, em parcerias com outros programas e ações realizados pelo Governo Federal.	0	5
2.02. Criar e fortalecer ações que garantam a divulgação da diversidade das manifestações culturais como editais de produção e circulação de conteúdos.	0	3
2.08. Criar metodologias para a produção, publicação e difusão sustentável que se utilize das práticas da cultura digital, resultantes das experiências acumuladas.	0	3
2.09. Estabelecer financiamento do governo federal para criação de programas de rádio e tv com protagonismo popular e tradicional para difusão e veiculação em canais públicos.	0	3
Eixo 3 – Distribuição de Conteúdos		
3.02. Criar polos de distribuição da produção cultural por região do país.	0	2
3.05. Criar editais de digitalização de acervos privados em disponibilização de licenças públicas.	0	2
3.13. Estabelecer parcerias com coletivos de comunicação e pontos de cultura para o registro e divulgação das reuniões dos conselhos municipais e estaduais de cultura.	1	2
3.30. Digitalizar do acervo do Minc para acesso universal e gratuito.	0	2
3.19. Garantir a difusão da produção artística e cultural junto a Rádios e Tvs públicas, por meio da atuação de Conselhos de Cultura e Comunicação nas esferas estaduais e municipais (instâncias de participação popular).	0	1
Eixo 4 – Meios para a Comunicação		
4.03. Criar uma rede formada por tvs e rádios comunitárias, para acesso aos conteúdos.	0	3
4.13. Articular o MinC junto aos outros órgãos que garanta o uso dos meios e das tecnologias de comunicação para os projetos culturais e sociais.	0	2
4.17. Criar infraestrutura popular de rede, de hospedagem, de data “center”, utilizando também o espectro eletromagnético analógico que ficará livre com a transição do sistema digital de tv, assegurando que os espaços populares sejam detentores e desenvolvedores de infraestrutura de rede. Obs; Forte impacto na geração de renda.	0	1
4.22. Assegurar, por exemplo, que todos os projetos audiovisuais aprovados pelo Ministério da Cultura e, em especial pela Ancine, contemplem os recursos de acessibilidade, tais como a Audiodescrição para as pessoas com deficiência visual e a legenda e/ ou Libras para o público com deficiência auditiva.	0	1
4.47. Viabilizar uma política de acesso à banda larga, prioritariamente aos locais não atendidos pelo mercado nem por outras políticas do governo, como PNBL e cidades digitais.	0	1

EIXOS E AÇÕES	Nº comen- tários	Nº prioriza- ções
Eixo 5 – Comunicação e Protagonismo Social		
5.01. Criar e fortalecer ações que garantam a divulgação da diversidade das manifestações culturais como editais de produção e circulação de conteúdos.	0	4
5.12. Produzir e valorizar conteúdos que promovam a diversidade étnico-cultural com a participação dos fazedores e mestres da cultura tradicional.	0	4
5.14. Criar um edital de concessão de bolsas para comunicadores comunitários ou populares.	0	2
5.11. Mapear os grupos culturais tradicionais, criando nestes grupos agentes de comunicação comunitárias habilitados à participação e representação em fóruns e instâncias de discussão e deliberação de políticas públicas de comunicação e cultura.	0	2
5.13. Fomentar/criar editais para concessão de bolsas aos Mestres para que comuniquem seus saberes e fazeres.	0	1
Eixo 6 – Comunicação e Renda		
6.07. Garantir a continuidade dos editais, todos os anos, como política de estado.	2	5
6.01. Criar mecanismos para a comercialização de produtos artesanais de pequenos produtores num portal (e-commerce) gerenciada pelos Pontos e Pontões de Cultura. Articular ao portal ações de fomento ao empreendedorismo solidário.	0	6
6.04. Destinar a verba publicitária do MinC aos meios de comunicação comunitários e alternativos com comprovada atuação da área (rádios, tvs, jornais de bairro, zines, sites, blogs e perfis em redes sociais).	2	3
6.08. Criar um edital específico para povos indígenas produzirem conteúdo cultural em suas próprias línguas.	0	2
6.10. Disponibilizar no site de referência do estúdio móvel uma seção para venda e compra, estimulando-se outras formas de acúmulo de crédito para aquisição dos bens culturais, bem como para doação financeira voltada às comunidades envolvidas com o projeto.	0	2
TOTAIS	25	105

FONTE: SITE DA CONFERÊNCIA LIVRE PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO E CULTURA DIGITAL.

O que chama a atenção neste quadro, para além da amplitude e dispersão das propostas⁹, é a baixa participação, tanto no que se refere ao debate, expresso na coluna de comentários, quanto nas priorizações para envio à 3ª CNC: 163 usuários, durante 45 dias de consulta, produziram 25 comentários e parecem ter se recusado à principal tarefa que lhes foi proposta: eleger prioridades. Curiosamente, a despeito dessa fragilidade do processo de consulta e participação, duas propostas, dentre as 20 estabelecidas como prioritárias na 3ª

⁹ A análise do conteúdo das propostas excede o objetivo deste texto, mas é objeto de análise de pesquisa Comunicação e Cultura: Um estudo sobre a participação social e as proposições em processos de consulta e deliberação públicas, Chamada MCTI/CNPq/MEC/CAPES Nº 43/2013.

CNC, referem-se ao campo da comunicação, aprovadas que foram, respectivamente, com 55% e 37% dos votos dos 804 delegados presentes (BARROS, 2013).

As duas, entretanto, a partir de uma técnica de aglomeração de ideias díspares, reúnem questões técnica, institucional e politicamente diferentes do conjunto das prioridades eleitas na Conferência Livre. Em sua totalidade, relacionam-se prioritariamente à aprovação do Marco Regulatório da Internet e à democratização da infraestrutura tecnológica, criação e circulação de conteúdos independentes, conforme descrito a seguir.

Proposta 2.30: Aprovar o Marco Regulatório das Comunicações no Brasil, o Marco Civil da Internet (garantindo a neutralidade da rede como regra), a Lei da Mídia Democrática, e modificar a Lei 9.612/98, garantindo o respeito aos Direitos Humanos, à diversidade e à participação social nos processos de revisão desses Marcos Regulatórios, considerando o disposto no Estatuto da Igualdade Racial, com regulamentação imediata dos artigos relativos à comunicação aprovados na Constituição de 1988. Incluir mais canais de rádio e TVs públicas, comunitárias, educativas, universitárias, culturais e de cidadania, no espectro eletromagnético e digital do Brasil, disponibilizando recursos públicos para viabilizar a sustentabilidade dessas emissoras, assim como para aquisição e renovação de infraestrutura tecnológica. No caso das rádios comunitárias, promover o aumento de seu alcance, potência, altura de antena e canais, e que seja disponibilizado recursos públicos para viabilizar a sustentabilidade dessas emissoras. Ampliar o diálogo e protagonismo do Ministério da Cultura dentro deste processo decisório.

Proposta 2.26: Criar e garantir editais específicos para ampliar e democratizar a infraestrutura tecnológica, bem como fomentar a criação e circulação de conteúdos independentes (sites, rádios, mídia impressa, audiovisual, telecentros, televisões, mídias públicas e comunitárias, laboratórios em rede, núcleos de arte, tecnologia e inovação, museus, internet e SMS), sempre adequados aos princípios de acessibilidade de cada meio/mídia. Garantir também 20% da verba publicitária para mídias impressas, rádio e TVs comunitárias, universitárias, educativas, promovendo a sustentabilidade das mesmas, potencializando a difusão da Arte, Inovação e Cultura Digital por meio do uso de software e hardware livres, de banda larga aberta/gratuita e da internet sem fio, nas cidades, comunidades, espaços públicos, organizações e instituições culturais de todo o país, priorizando os Estados com o maior déficit de acesso às redes de informação (SECRETARIA de Políticas Culturais/MinC, 2013).

A partir desta breve apresentação do contexto empírico em que a participação social da Conferência Livre se deu no ambiente midiático e sua relação com aquilo que foi votado na instância maior e presencial, a 3ª CNC, questões parecem emergir no que se refere à dimensão da institucionalidade que organiza a rede de relações e as condições de participação social, no campo da representação e deliberação das políticas públicas de cultura para o campo da comunicação no país.

3. Institucionalidade e mediação democrática

O surgimento de espaços públicos decisórios abertos aos cidadãos que não exercem, necessariamente, funções na administração pública – como os conselhos, orçamentos participativos e conferências - demarca o período de transição entre a ditadura militar e a Nova República (ZIMBRÃO, 2013).

Costa (COSTA, s/d.) aborda o processo de construção da democracia brasileira, na perspectiva de investigar o padrão de relacionamento nas interfaces entre Estado, instituições políticas e sociedade. A abordagem sociológica surgida no final da década de 1990, segundo o autor, torna-se referência nesse sentido, ao considerar que a democratização “já não é mais um momento de transição, é o processo permanente e nunca inteiramente acabado de concretização da soberania popular” (COSTA, s/d.).

Pogrebinski e Santos (2011), por sua vez, enfatizam a importância da realização das conferências nacionais - para além de sua função representativa, com eleição de delegados e voto por maioria. Nessa visão, mais do que promover disputas hegemônicas ligadas a diferentes projetos políticos, “a dinâmica entre participação/deliberação e representação, e entre sociedade civil e Estado, revela, por meio das conferências nacionais, novas formas de mediação política que apresentam forte potencial de aprofundar a democracia no Brasil” (2011, p. 266).

Outro aspecto central ligado à dimensão da institucionalidade consiste, ainda, na conversão das propostas, construídas coletivamente, em proposições legislativas – o que legitima o espaço de participação cidadã como agente deliberativo da representação política.

Pesquisa do IUPERJ é esclarecedora quanto ao estágio de institucionalidade alcançada pelas políticas públicas de cultura no país, especialmente no que se refere à área da comunicação. Segundo o estudo, do conjunto de 3.750 projetos de lei que tramitaram pelo Congresso Nacional, 1.937 (51,6%) apresentaram afinidade com diretrizes votadas em conferências nacionais.

Entretanto, ainda segundo a pesquisa, no que se refere à Conferência Nacional de Comunicação, em 2009, nenhum projeto de lei ou proposta de emenda à constituição decorreu de suas recomendações finais. Quanto à I Conferência Nacional de Cultura de 2005, 57 projetos de lei ou emenda apresentavam relação com os resultados, sendo que seis deles foram transformados em leis.

No tocante ao desdobramento das deliberações das conferências nacionais de cultura em instrumento efetivo de elaboração das políticas públicas e proposição de leis, tendo em

vista que as conferências têm caráter consultivo e não vinculante, Zimbrão (2013) reforça a importância da criação de lei de regulamentação do sistema, como previsto pelo SNC, quanto à existência de conselhos paritários e a realização de conferências periódicas.

Sem a criação da lei, conforma a autora, os mecanismos de participação, consulta e deliberação no campo da cultura ficam parcialmente institucionalizados e dependentes da convergência entre pautas de atores sociais e políticos, bem como da vontade política do MinC. Já a preocupação com o alinhamento entre Estado e sociedade civil no processo de participação atual é abordada no conceito de “confluência perversa”, por Dagnino (2005) e, por Wampler & Avritzer (2004), na “colonização da informalidade do mundo da vida pelos imperativos da burocracia”.

Nos últimos anos, a participação autônoma e não institucionalizada aponta avanços, mas também importantes limites, como argumenta Gameiro *et Goulart* (2008).

... o campo da cultura no Brasil experimentou, nos últimos anos, algum arejamento do domínio da concepção neoliberal nas políticas públicas culturais ao introduzir elementos simbólicos, identitários e substantivos na ação do Estado, e ensaiar um processo de formação de políticas com a efetiva participação da sociedade civil. ...A participação da sociedade, ainda que monitorada, produziu a aprendizagem política dos grupos organizados da sociedade e possibilitou a experimentação de novas formas de atuação e organização que alteram o cenário político da cultura. (CARVALHO, GAMEIRO *et GOULART*, 2008, p.10).

Porém, práticas de redes autônomas e horizontais, criadas à margem dos programas governamentais, não são aceitas pelo aparato estatal, apesar do discurso oficial em defesa da participação autônoma e do protagonismo das comunidades locais, gerando “conflitos e distanciamentos entre as administrações populares e os setores mais dinâmicos da sociedade” (CARVALHO, GAMEIRO *et GOULART*, 2008, p.10).

Considerando-se que estas políticas revelam processo de progressiva criação e indução de mecanismos e instrumentos de democracia participativa e deliberativa nos últimos anos, parece ser necessário problematizar sua efetividade no campo da cultura e comunicação. Neste sentido, a participação social por meio dos mecanismos acionados pela Conferência Livre para a Democratização da Comunicação e Cultura Digital aponta para uma realidade duplamente crítica.

Por um lado, o processo e seus resultados revelam mais rupturas e discontinuidades do que propriamente força argumentativa e capacidade de proposição, apontando a fragilidade

da rede, enquanto dispositivo que organiza as ações, ao agenciar os interesses sociais no ambiente midiaticizado.

A questão da comunicação neste processo foi pautada e transformada em proposições que ora diluem a especificidade das interações comunicacionais, ora reforçam uma perspectiva instrumentalizadora que coloca a comunicação não como campo onde o simbólico se dá, mas como mecanismo de veiculação do mesmo. Nega-se aqui a comunicação como processo de mediação simbólica, dialógica e relacional, operacionalizada no plano das interações sociais, no qual é demarcada por controvérsias e conflitos, bem como por interesses que se associam no contexto das redes de produção de sentido.

Por outro lado, analisando o processo e a relação dos resultados entre dois momentos de participação social, uma conferência por meio digital e outra presencial, parece que estamos diante de uma espécie de “efeito sanfona” que expande e reduz tanto a participação social, quanto a apresentação de propostas e ações, de forma a reproduzir mais uma melodia de participação social do que um mecanismo efetivo de proposição de ações a serem implementadas por meio de políticas públicas.

Entre as prioridades da Conferência Livre e as prioridades da 3ª CNC, parece haver mais o esforço de se manter o vigor discursivo que representa de forma fragmentária a todos, do que a expressão da eleição de escolhas produzidas no jogo democrático da participação. O número reduzido de participações e a desconexão entre o proposto em cada etapa, além do arranjo na forma de mosaicos heterogêneos nas propostas finais, parecem indicar o estágio atual da participação social, mesmo com as possibilidades amplificadas pelos processos digitais.

O estudo aprofundado quanto à qualidade das proposições resultantes dos processos de participação e deliberação constitutivos da Conferência faz-se necessário, de forma verificar-se de que maneira mantêm coerência e consistência para integrar políticas e programas públicos. Outro ponto importante consiste em identificar temáticas que mobilizam a participação social em rede, especialmente, no plano dos mecanismos de consulta e deliberação pública.

Com a interpretação dos conteúdos tematizados, podem ser identificadas as lógicas que integram uma visão de realidade, analisando-as frente a uma situação ideal que se busca alcançar. Por sua vez, a análise dos resultados efetivos do modelo de participação e deliberação social deve desenvolver-se orientada à questão, conforme propõe Barros (2013,

p. 14): “A produção propositiva e crítica, resultante deste modelo de deliberação, transforma-se efetivamente em instrumentos legais e institucionais que garantem a execução de políticas públicas?”

Referências

AGAMBEM, Giorgio. **Che cos'è un dispositivo?**. Nottetempo, 2006. Disponível em: <http://www.2ocho.com.ar/ponencias/articulo_agamben_1.pdf> Acesso em: 15 jan. 2014.

ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo B. Mídia, um aro, um halo e um elo. In: GUIMARÃES, César; FRANÇA, Vera. **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 43-60.

AVRITZER, Leonardo; PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela. **Democracia, Participação e Instituições Híbridas**. Teoria & Sociedade, número especial, p. 16-41, 2005.

BARROS, José Marcio. **Comunicação e cultura - dois lados de uma mesma moeda?** Análise das referências cruzadas entre as conferências nacionais de comunicação e cultura. Apresentado no IV Encontro Nacional da Ulepcc-Brasil – Rio de Janeiro/RJ – 9 a 11 de outubro/2012.

_____. **Comunicação e cultura: uma aproximação aos processos de participação e deliberação social no Brasil atual**. Apresentado na Conferência ICA América Latina. Universidade de Brasília, 26 a 28 de março/2014.

BRAGA, José Luiz. **Sobre mediatização como processo interacional de referência**. 15º Encontro Anual da Compós. Unesp. Bauru, 6 a 9 de junho/2006.

CAPRA, Fritjof. Vivendo redes. In: Duarte, Fábio ET AL (orgs). **O tempo das redes**. São Paulo, Perspectiva: 2008.

CARVALHO, Cristina; GAMEIRO, Rodrigo; GOULART, Sueli. **As políticas públicas da cultura e a participação de novo tipo no Brasil**. VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, Universidade Nova de Lisboa, 2008. Disponível em <<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/716.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

COELHO, Ernani; VILUTIS, Luana. **Planos Municipais de Cultura: desafios da integração federativa**. In: Anais do III Seminário Internacional de Políticas Culturais. Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 2012. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/2012/09/22/artigos-do-iii-seminario-internacional-de-politicas-culturais/>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

COSTA, Sérgio. **Esfera pública e as mediações entre cultura e política no Brasil**. s/d. Disponível em: <http://www.ipv.pt/forumedia/fi_3.htm>. Acesso em: 14 jan. 2014

DAGNINO, Evelina. Políticas culturais, democracia e projeto neoliberal. **Revista Rio de Janeiro**, n. 15, p. 45-65, janeiro/abril de 2005.

FAUSTO NETO, Antônio. Fragmentos de uma analítica da midiatização. **Revista Matrizes**, v.1, p. 89-105, 2008.

GÓMEZ, Guilherme Orozco. Comunicação social e mudança tecnológica: um cenário de múltiplos reordenamentos. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Sociedade Mediatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 81-98.

IUPERJ. **Entre Representação e Participação: as conferências nacionais e o experimentalismo democrático brasileiro**. Rio de Janeiro: Iuperj, 2010.

LATOURE, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 2008.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Conferência Livre Democratização da Comunicação e Cultura Digital**, disponível em: <<http://confelivrecomcult.culturadigital.br/sobre/>>. Acesso em: 15 jan 2014.

_____. **Programa Comunica Diversidade**. Disponível em: <http://culturadigital.br/comunicadiversidade/2012/09/30/mesa-03/>. Acesso em: 15 jan 2014.

MINC. **Relatório Final do Seminário e Oficina Nacional de Indicação de Políticas Públicas para Cultura e Comunicação**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://culturadigital.br/comunicadiversidade/files/2013/05/comunicadiversidade.pdf>>. Acesso em: 15 jan 2014.

POGREBINSCHI, Thamy; SANTOS, Fabiano. **Participação como Representação**: O Impacto as Conferências Nacionais de Políticas Públicas no Congresso Nacional. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 54, n. 3, 2011, p. 259-305.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre, Sulina, 2009. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/23058492/Redes-Sociais-na-Internet-%E2%80%93-Raquel-Recuero>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

SECRETARIA de Políticas Culturais/MinC. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. Disponível em: <http://issuu.com/planonacionaldecultura/docs/as_metas_do_plano_nacional_de_cultu>. Acesso em: 11 jan. 2014

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis. RJ: Vozes, 2002.

WAMPLER, Brian and AVRITZER, Leonardo. **Participatory publics**: civil society and new institutions. Comparative Politics, New York, 2004.

ZIMBRÃO, Adélia. **Conferências nacionais de cultura e seus desdobramentos em políticas públicas**. Texto apresentado no IV Seminário Internacional – Políticas Culturais, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2013.